



Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 13/89

RESOLUÇÃO Nº 011/89

DATA: 02.05.89

SÚMULA: Aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1988.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo Único - São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1988.

Palácio "XIX de Dezembro", em 02.06.89.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 012/89

DATA: 02.06.89

SÚMULA: Aprova os Convênios ns. 14, 15, 16, 17, 18 e 19, de 11/08/88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da COMEC, e os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas de pavimentação de vias urbanas. (Mensagem do Poder Executivo n. 104/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios ns. 14, 15, 16, 17, 18 e 19, de 11 de agosto 88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e, respectivamente, os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas de pavimentação de vias urbanas.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 02.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

DATA: 02.06.89

SÚMULA: Aprova os termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Cianorte, objetivando ação conjunta no sentido da execução de melhoramentos, administração e conservação do Aeroporto daquele município. (Mensagem do Poder Executivo n. 90/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - São aprovados os termos do convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Cianorte, objetivando execução de melhoramentos, administração e conservação do Aeroporto daquele Município, firmado em 02 de junho de 1988, sob n. 04/88 SEIR.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 02.06.89.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 1989.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Basílio Zarusso, Caio Quintana, David Cherlegate, Dirceu Manfredino, Djalma de Almeida César, Erony Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Herma Brandão, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Villela (38). Achario-se ausentes os

seguintes Senhores Deputados: Orlando Pesutti, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, Leônidas Chaves, Namir Placentini, Paulo Furiatti, Rafael Greca e Vera Agibert (16).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Em votação.

A Mesa vai proceder "ex Officio" à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Está em votação a Ata. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela ordem) - Eu requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wandrerer) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 27 (vinte e sete) Srs. Deputados. Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o nº 254/89, do Senhor Desembargador ABRAHÃO MIGUEL - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que altera a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980 e adota outras providências, o qual foi elaborado pela Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e aprovado em sessão plenária do Tribunal de Justiça. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1079/89

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para os projetos de Lei nºs 121/86, 58/87 e 133/87, constantes na Ordem do Dia da presente sessão, respectivamente, itens nºs. 07, 09 e 10.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO Nº 1064/89

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO Nº 1057/89

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do PDT, que este subscreve, pede à Egrégia Assembléia, na qualidade de consciência histórica e política do Estado, que se digne a registrar nos Anais desta Casa, voto de congratulações e apreço à Comunidade Israelita do Paraná, na pessoa do Senhor Léo Kriger, presidente da Federação Israelita local, pela realização brilhante da II Semana de Israel no Paraná, nos últimos dias 22 a 28 de maio, e pelas comemorações do centenário da imigração israelita no Paraná.

Faça-se saber deste voto, também, ao Excelentíssimo Senhor Embaixador de Israel no Brasil, Embaixador Isaac Sarfati, à Doutora Ana Fucks, pesquisadora de Ortodontia da Universidade Hebraica de Jerusalém; e ao editor do jornal "Resenha Judaica", jornalista Oscar Nimitz; com parque gráfico em São Paulo; bem como à Senhora Rosi Knopfholz, neta do imigrante José Flacks, vindo da Polônia então dominada pelos Impérios Russo e Austro-Húngaro, pioneiro de todas as famílias que hoje compõe a comunidade israelita do Paraná.

A referida semana foi brilhante do ponto de vista social, histórico, científico e filantrópico.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Na comemoração do centenário da imigração, a Comunidade Israelita patrocinou feira beneficente com produtos trazidos da

Terra Santa das três religiões monoteístas (Judaísmo, cristianismo e islamismo), realizada no Palácio das Secretarias, Castelo Branco, em benefício do PROVOPAR Estadual - para apoio das obras sociais da Senhora Primeira Dama Dona Débora Dias -, da APAE, e da Associação Paranaense dos Hemofílicos. Patrocionou ainda seminário científico relevante com Curso Internacional de Odontopediatria, ministrado pela Professora Doutora Ana Fucks, cientista do Hospital Hadassah de Jerusalém, e da Universidade Hebraica de Jerusalém; Seminário Internacional de combate à A.I.D.S., com participação do Dr. Nathan Goldbun, do Hospital Hadassah, de Jerusalém, e dos Drs. Vicente Amato Neto, da USP, e Lair Guerra do Ministério da Saúde; com jantar de gala do centenário, animado pelo conjunto israelita "Hakol Over Habibi"; e ainda sucessivos espetáculos públicos do mesmo conjunto (na noite de 25 de maio), e dos grupos folclóricos "Haameck", do Paraná; e "Kadima", de Porto Alegre.

Marcou-se ainda a celebração do centenário por solene rito de Shabat na Sinagoga Francisco Frischmann, de Curitiba, com a presença do reverendo Rabino Henri Sobbel, notável pela sua participação com o Cardeal de São Paulo no diálogo com os cristãos, e na defesa dos direitos humanos, sobretudo no episódio do assassinato nos porões da repressão, do jornalista Wladimir Herzog. O referido Shabat teve também a participação solidária de líderes religiosos de outras confissões, entre eles o Arcebispo Católico de Curitiba, Dom Pedro Fedalto.

Houve ainda a feliz idéia de publicação de sêmula da História da Imigração, em memorial encartado na revista VEJA/Curitiba.

Encaminhem-se cópias deste, aos seguintes destinatários:

. Léo Kriger, na Federação Israelita do Paraná

R. Mateus Leme, 1431 - CEP 80530

. Embaixador Itzhak Sarfaty, na Embaixada de Israel no Brasil

Av. das Nações, lote 38 - 70424 - Brasília - DF

. Professora Doutora Ana Fucks

16/B Shmariahu Levin Street - 96664 - Jerusalém, Israel

. Jornalista Oscar Nimitz, Resenha Judaica

R. Antonio Carlos, 582 - 01309 - São Paulo

. Senhora Rosi Knopfholz

Rua Gutenberg, 104 - ap. 1701

e ainda as Excelentíssimas Senhoras:

. Vereadoras Regina Gordilho e

. Neusa Amaral,

. na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO N° 1082

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, a formulação de votos de congratulações à Diretoria eleita da União dos Vereadores do Paraná.

Criada no último dia 02 de junho, a União dos Vereadores do Paraná é resultado prático do I Congresso Paranaense de Câmaras Municipais, realizado nesta Capital e que contou com a presença de representantes dos legislativos municipais de todo o Paraná.

O Vereador de Curitiba, Jorge Bernardi, foi escolhido como Presidente da União, Joares Lima (Barracão), 1° Vice Presidente; Rogério de Paula Quadros (Ponta Grossa), 2° Vice; Carlos Prates (S. José dos Pinhais), 1° Secretário; Magnou da Paz (N. Sr.ª das Graças), 2° Secretário; Antônio Costa (Rio Branco do Sul), 1° Tesoureiro; Mário Diórgenis Canteri (Ipiranga), 2° Tesoureiro; José Humberto Romagnolli (Umarama), Procurador Jurídico; Luiz A. Zanlorenzi (Marilândia do Sul), Comunicador Social.

Conselho de Contas: Presidente, Itamar de Souza (Barracão), Vilmar José Sangaletti (Sulina), membro; Itamar Borba Carneiro (Ponta Grossa), membro; Décio Luiz Fredo (Pranchita), membro; Luiz Cláudio Costa (Balsa Nova). Suplentes: Luiz Carlos Sebastião (Ponta Grossa); Elido Alvier Donega (Pranchita); Dirce Corradi de Freitas (São Pedro do Paraná).

Entre as propostas da chapa eleita pelos vereadores encontra-se a criação do Jornal do Vereador, a realização de congressos periódicos, a criação da Casa do Vereador, em Curitiba, o acompanhamento da Constituinte Estadual, o assessoramento técnico-legislativo às Câmaras do Paraná, a realização do Congresso Sul-americano de Vereadores, entre outras.

Pela importância das funções assumidas por todos os nomes constantes da Diretoria da União de Vereadores do Paraná, recebam, os membros diretores, os cumprimentos e votos de confiança do Poder Legislativo do Paraná.

Que da decisão desta Casa, dê-se ciência à Diretoria.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO N° 1068

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata, de Votos de Congratulações, à diretoria eleita da ACAMDOZE, Associação de Câmaras Mu-

nicipais da Microrregião Doze.

A ACAMDOZE, fundada em 05 de dezembro de 1979, congrega todos os municípios localizados na microrregião doze do Estado: Araruama, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí, Engenheiro Beltrão, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Mariluz, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa e Ubatuba.

A nova diretoria da ACAMDOZE, eleita em Assembléia Geral, no dia 18 de março próximo passado, na cidade de Goioerê, por aclamação, tem a importante função de, em conjunto com todos os municípios congregados, defender os interesses da microrregião doze, durante o biênio de 1989/1990.

A diretoria está assim composta: Celso Setsuo Mori, Presidente; João Junhiti Makyma, 1º Vice; Bento Batista da Silva, 2º Vice; Almerinda Serafim Borges, 1º Secretária; José Maria Leão Coelho, 2º Secretário; Wilson Marcos Ciconello, 1º Tesoureiro; Wilma Martelli, 2º Secretária; Carlos H. Schimitzer, Orador; Lourival Gonçalves, Diretor de Esportes e José Luiz Carpiné, Presidente do Conselho Deliberativo.

Recebam todos os eleitos, os sinceros cumprimentos e votos de confiança deste Poder Legislativo, pela grave e importante função que assumem.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1078

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal "Gazeta do Centro Oeste" de Campo Mourão, pela passagem do sétimo aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Gazeta do Centro Oeste" é um bimestral da região de Campo Mourão e região, a serviço da verdade e da informação independente. A passagem do 7º aniversário demonstra a perseverança e o trabalho honrado de seus diretores Aroldo Tissot e Sonia Sekscinski.

REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER seja inscrito nos Anais da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, um voto de regozijo e congratulações ao Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA, Diretor da "Gazeta do Povo", por ter esse jornal, na edição

do último dia 04, batido um recorde estadual, com uma edição de 202 páginas, além de um suplemento de 64 páginas.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Motivo de orgulho para todos os paranaenses, a "Gazeta do Povo" acaba de lavar mais um tento com sua edição do último domingo, 04 de junho corrente, composta de 202 páginas e mais um suplemento de 64 páginas.

Trata-se, efetivamente, de um feito notável, que mostra a pujança desse grande matutino e espelha, ao mesmo tempo, a força do mercado editorial paranaense.

A "Gazeta do Povo", por sua linha editorial, por seu equilíbrio e, ao mesmo tempo, por sua evolução gráfica, posiciona-se em situação de destaque entre os grandes órgãos da imprensa brasileira. Em nada fica a dever aos jornais dos grandes centros, aos quais se iguala como veículo de informação e de formação da opinião pública. Nesse sentido, aliás, tem contribuído enormemente para projetar o Paraná além de nossas fronteiras.

Assim, no momento em que a "Gazeta do Povo" dá mais um passo no sentido de sua afirmação, nos sentimos também orgulhosos, razão pela qual nós entendemos justo manifestar esse nosso júbilo ao seu respeitado diretor, Dr. FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, e a todos os seus colaboradores.

REQUERIMENTO Nº 1083-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações, ao jornal "Gazeta do Povo", na pessoa do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Um jornal vale não somente pela modernidade, pela agilidade da informação e pelo registro do contemporâneo. Vale significativamente também, pelo resgate da memória da cidade, do Estado do seu povo.

Esta assertiva se encaixa perfeitamente ao espírito do jornal "Gazeta do Povo", que no dia de ontem (domingo) abriu espaços para uma sessão muito apropriadamente titulada como "Nostalgia", na qual pretende mostrar aos curitibanos de hoje os aspectos da nossa cidade em décadas passadas. Ressalta esse trabalho os aspectos urbanos, os fatos e principalmente as mais ilustres figuras da época.

A memória de um povo precisa e deve ser preservada, pois assim se preserva a própria identidade deste povo.

Os curitibanos de hoje terão oportuni-

dade de conhecer melhor os personagens da cidade e os grandes exemplos transmitidos.

Portanto, merece nosso melhor aplauso e nossas mais sinceras congratulações a iniciativa da "Gazeta do Povo", brilhantemente dirigida pelo jornalista e empresário da comunicação, Dr. FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO. Ao mesmo tempo cumprimentamos os leitores desse jornal, em particular, e o povo de Curitiba pelo presente que recebem, consubstanciado nesta iniciativa que enaltece a imprensa local através do jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1056

Senhor Presidente.

A preservação do meio ambiente é dever de todos os cidadãos e luta que se impõe aos homens públicos, para a preservação do planeta Terra, de forma a conservar a natureza em sua essência, como feita pelo criador.

Transcorrendo nesta data o "Dia do Meio Ambiente", na condição de representante do povo paranaense, cumpre-nos ressaltar o trabalho que vem sendo desenvolvido por diversos municípios do Paraná, em prol da defesa da natureza. Trabalho representado por campanhas de conscientização da população e mormente das crianças, para que a violência, a agressão contra o meio ambiente possa ser contida.

Entre os municípios que estão vivamente empenhados nessa batalha, sem dúvida alguma, o de Curitiba e de Foz do Iguaçu, se destacam. Curitiba, ao declarar-se em campanha permanente, de informação, alerta, orientação e apelo educativo, com o fim de tornar-se a "Capital Ecológica do Brasil", passa a ser exemplo vivo de defensor do meio ambiente.

Na "Semana do Meio Ambiente", as inúmeras atividades programadas, pela prefeitura de Curitiba, ao lado da campanha permanente de defesa ecológica, fazem esta merecedora.

Também há que se enfatizar que a configuração natural de Curitiba, justifica sua vocação preservacionista, porque, mostra a história, que o seu povo tem sabido preservar esta consciência de conservação através do respeito às riquezas ecológicas - inúmeros parques existentes - e à vida comunitária.

Foz do Iguaçu é merecedora, também, de louvor pela preocupação constante, pelos muitos projetos na defesa do meio ambiente.

Nada mais justo, assim, do que consignar-se, nos Anais desta Casa de Leis, votos de louvor e congratulações com as Prefeituras de Curitiba e Foz do Iguaçu.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma regimental, Requer à Mesa, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com as Prefeituras de Curitiba e Foz do Iguaçu. Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, se dê ciência da mesma aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos de Curitiba e Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 1059

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de voto de louvor à Polícia Civil, nas pessoas dos Delegados Raimundo Nonato Siqueira e Almeri Kochinski e suas equipes, pelo brilhante desempenho na elucidação do sequestro do filho do Sr. Clóvis Varaschim, de Pato Branco.

Dar ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 1054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor ANTONIO LOPES DE NORONHA, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando sejam determinadas providências, para atendimento às reivindicações abaixo enumeradas, formuladas pelo Sr. Prefeito Municipal de TIBAGI, Eugênio Rodrigues Carneiro, e demais lideranças políticas, com o objetivo de dotar o setor de segurança do Município de condições para corresponder à demanda das necessidades, tanto internamente, como os Distritos que o compõem, particularmente Ventania:
PARA TIBAGI:

1. Concessão de viatura policial, nova, com equipamentos (rádio, etc.), para uso da Delegacia do Município, uma vez que a viatura lá existente não corresponde mais a exigência dos serviços e necessita de reforma geral;

2. Reforma geral nas instalações da Delegacia do Município, as quais há muito estão por merecer cuidados, apresentando-se em precárias condições pela conservação, não oferecendo assim, segurança ou o mínimo conforto para abrigar um órgão dessa natureza;

3. Reforma da viatura policial existente na Delegacia da sede, marca Volkswagen 1.300 para, na eventualidade de ser destinada uma viatura nova, esta vir a servir a Subdelegacia de Ventania;

4. Concessão de mobiliário em geral,

como: fogão, geladeira, móveis para escritório da sede, colchões, cobertores, etc.;

5. Construção de cela especial, para detentos de alta periculosidade.

PARA O DISTRITO DE VENTANIA:

1. Concessão de mobiliário (camas, mesas, armários), enfim, o necessário ao funcionamento da Subdelegacia do Distrito, recém-construída e em vias de entrar e atividade.

2. A designação de contingência policial, para fazer face à demanda dos serviços.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Ofícios ao Ministro da Fazenda, Dr. MAILSON DA NOBREGA; ao Presidente do Banco Central do Brasil S/A, Sr. ELMO DE ARAÚJO CAMÕES e ao Diretor de Operações do Banco do Brasil S/A, Sr. PAULO PAVARINI, solicitando a imediata liberação de verbas para financiamento de custeio da safra de trigo/89, para o Sudoeste do Paraná, principalmente ao Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 1065

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva, solicitando a construção de 50 (cinquenta) módulos sanitários no Município de MOREIRA SALES.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, considerando ser de grande importância a construção de módulos sanitários, pois destina-se ao uso coletivo e tem como desiderato propiciar melhores condições de saúde ao Município.

A considerar igualmente, que o setor de saúde do Município constitui uma das mais importantes diretrizes da administração municipal, haja vista que as precárias condições de saneamento tem causado o aparecimento de inúmeras doenças parasitárias, principalmente nas crianças o que se procura melhorar com a construção dos referidos módulos.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a po-

pulação local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1066

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva, solicitando a construção de 01 (um) posto ou centro de Saúde no Município de MOREIRA SALES.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, considerando que o posto de saúde existente no Município se encontra em situações precárias quase sem condições de uso, dificultando assim muito o trabalho com as pessoas carentes da comunidade local.

A considerar igualmente que o setor de saúde do Município constitui uma das mais importantes diretrizes da administração pública, sabendo das dificuldades enfrentadas pela população para se deslocarem até hospitais e a carístia das consultas, é que solicito que seja tomadas providências necessárias para a construção do referido pedido.

Por ser de ímpar importância o solicitado para a comunidade, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1067

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da L.B.A., Doutor Pedro Arthur Sampaio, solicitando a instalação de creche em Guaipoã, Município de IPORÃ.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã pela natureza de sua economia - essencialmente agrícola - congrega em população um contingente expressivo de bôias-frias, que habitam mormente às Sedes dos Distritos.

Considerando que o trabalho realizado por essa comunidade é essencialmente cíclico, vivem em períodos consideráveis do ano às expensas da Prefeitura.

Por esse motivo o atendimento de suas crianças acarreta grande preocupação à ad-

ministração local, haja vista inexistir condições de acomodá-las com adequação.

Assim, urge, seja construída uma creche, de forma a possibilitar possa o importante trabalho social da Prefeitura ser executado de modo a atender seus objetivos.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago tal proposição a apreciação dos nobres Pares com assentamento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1069

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, gestionando pela reativação do módulo policial situado no bairro do Santo Cândida, nesta Capital.

O referido dispositivo policial, da mais alta relevância e necessidade, esteve, por algum tempo, instalado e funcionando em Praça, à frente do Cemitério de Santa Cândida e da Escola Estadual Santa Cândida.

Desnecessário reafirmar a necessidade de desenvolver-se rigoroso policiamento às portas dos Colégios e Instituições de Ensino, visando eliminar as condições humanas e materiais que favorecem a perversão dos nossos jovens.

É exatamente diante dessa notoriedade que manifestamos nossa estranheza quanto à desativação daquele módulo policial. Somam-se às nossas razões, a assiduidade com que aquela região da cidade frequenta as páginas da crônica policial.

Moradores da região, alunos, comerciantes, professores e pais de alunos, ligados à Escola Estadual Santa Cândida nos encaminharam, já em junho de 1988, abaixo assinado reivindicando pela imediata reinstalação do módulo policial.

Tomado o procedimento inicial, através desta Casa, não recebemos acolhida por parte desta Secretaria, tampouco, informações acerca do não atendimento à tão relevante questão.

É de conhecimento da Secretaria de Segurança Pública, bem como de toda a sociedade, o caos instalado na manutenção das escolas da Rede Oficial de Ensino, em função das atividades constantes de vândalos e marginais que destroem, depedram e arrasam o patrimônio público. As manchetes têm noticiado isto e cobrado, do Poder Público, providências, tanto de caráter preventivo quanto repressivo.

Confiantes na aguda sensibilidade de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Segurança Pública, a comunidade organizada

do bairro de Santa Cândida, reafirma o seu desejo de ver, novamente, instalado naquele bairro, o módulo policial que, durante seu período de atividade, tantos serviços prestou à coletividade.

Que da decisão desta Casa, dê-se ciência à Direção da Escola Estadual Santa Cândida e à sua Associação de Pais e Mestres.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) ALGACI TULLIO

REQUERIMENTO N° 1080

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem vêm, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER, após ouvido o Plenário, a realização de uma sessão pública estadual, dia 14.06.89, na Assembléia Legislativa do Paraná, com a finalidade de se promover um debate sobre o momento político brasileiro, deflagrando um movimento de mobilização da classe política em conjunto com os demais segmentos da sociedade paranaense, no sentido de fazer um alerta à Nação da necessidade de se assegurar a realização das eleições presidenciais de novembro próximo, como pressuposto máximo para a consolidação da democracia, e combate de todas as formas de terrorismo.

Requer, outrossim, que sejam convidados para essa sessão especial os partidos políticos sem representação nesta Casa, bem como as entidades organizadas de representações de segmentos e setores da vida estadual, tais como, entidades sindicais de empregados e empregadores de várias atividades, e lideranças eclesiais.

Requer que se oficie essas entidades convidando-as a participar dessa sessão tão logo seja definida a data.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamento: Pedro Tonelli, Lauro Lobo Alcantara, e duas ilegíveis.

REQUERIMENTO N° 1073

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente de cumprimentos à PUC-Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na pessoa de seu Magnífico Reitor Euro Bardião, extensivos a toda comunidade acadêmica, pela comemoração dos 30 anos dessa conceituada instituição de ensino superior que, brilhantemente, forma centenas de novos profissionais, a cada ano, além dos inestimáveis trabalhos que vem realizando nos campos da pesquisa, ciência, desenvolvimento tecnológico, arte e cultura.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente com votos de louvor à Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, na pessoa de seu Presidente, ANIBAL BIANCHINI DA ROCHA, extensivos a todos os diretores e funcionários, pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo na preservação permanente do Horto Florestal de Maringá.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em comemoração à data de hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente e Dia da Ecologia, o signatário deste não poderia deixar de lembrar do Horto Florestal e de sua administração.

O Horto Florestal é uma das áreas verdes mais bonitas da região, aberto ao público para visitação permanente. Além do aspecto da conservação biológica da área, a administração do Horto Florestal mantém um viveiro de mudas muito procurado pela população de Maringá e região. É, portanto, motivo de orgulho para a cidade, ainda que de propriedade privada.

A cidade de Maringá, só tem a agradecer à Companhia Melhoramentos, em especial nesta data, pela iniciativa de seu idealizador e pela manutenção dessa importante área verde, que além do aspecto ecológico propriamente dito é uma área de lazer muito requisitada pela população.

REQUERIMENTO N° 1076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente de cumprimentos ao jornalista Roberto Marinho, Presidente das Organizações Globo, por mais esse prêmio recebido da CTV Television Network de Toronto, Canadá, como prova da grandiosidade da Rede Globo, reconhecida internacionalmente.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente de cumprimentos ao Sr. GABRIEL PIRES NETO, Presidente da Bolsa de Mercadorias do Paraná, por ter sido eleito Presidente da Associação Brasileira de Bolsa de Mercadorias e Cereais - ABM, no último dia 29 de maio, próximo passado.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER a transcrição nos Anais da Assembleia Legislativa, do texto publicado na Folha de Londrina no dia 03.06.89, sob o título "Álvaro Tem Pensão como Parlamentar".

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 1075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa de Leis, o pronunciamento em anexo.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 028/89

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Piraquara, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pinhais.

"Começa na confluência dos rios Atuba e Iraí (antigo leito), sobe por esse rio em direção a nordeste até encontrar o rio Canguiri na divisa do Município de Quatro Barras, contornando essa divisa segue pelo mesmo rio em direção a noroeste, até a PR-410 (Estrada da Graciosa), por esta direção a oeste segue até chegar ao Rio Atuba, a partir de onde segue por este ao sul, até a confluência com o rio Iraí, ponto de origem do traçado delimitatório".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 130/89

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado, através, da Secretaria de Estado da Educação, conceder gratificação a título de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos que preceituam os artigos 56 e 62 da Lei n° 6174/70 aos diretores das escolas estaduais e aos assistentes de

núcleo, ressalvados os casos em que haja impedimento legal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A função dos assistentes de núcleo equipara-se à dos diretores de escola sendo exercida paralelamente e nos mesmos dias e horários inclusive com horas de trabalho além dos horários titulados como escolares, isto é, antes das 7 horas e após as 23 horas diretamente de suas residências.

O diretor é responsável por uma escola em tempo integral; os assistentes de núcleo também o são com a diferença de que tem sob sua responsabilidade, pelos menos, 30 escolas dentro de sua área educacional sendo que cada uma dessas áreas é maior que muitos núcleos do interior.

As ocasiões especiais como: chamada escolar, distribuição de aulas, suprimimento de demanda, greves e, principalmente, verificações para renovação de autorização de funcionamento ou para abertura de novos cursos implicam, sobremaneira, no aglutinamento de horários e despesas extras de parte dos assistentes de núcleo.

PROJETO DE LEI Nº 131/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir, aos ocupantes dos cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pelas Lei Federal nº 5.194/66 e Lei Federal nº 6.496/77, a gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 100% (cem por cento) sobre os seus vencimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 5.194/66 regula as profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, cujos serviços profissionais estão sujeitos à "Anotação de Responsabilidade Técnica", pela execução de estudos, projetos, serviços, obras ou funções técnicas, nos termos da Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, inclusive para efeitos de acervo dos servidores designados para tais encargos.

PROJETO DE LEI Nº 132/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido a JUCILDA PACHECO ANTONELLI, viúva do ex-Prefeito do Município de Terra Roxa, Ademir Antonelli, uma pensão mensal no valor equivalente a 02 (dois) salários-mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta Lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas nupcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

PROJETO DE LEI Nº 133/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado o tombamento do Bosque nº 2, localizado no Município de Maringá, com área de 59,44 ha, como patrimônio ecológico do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Localizado próximo ao centro da cidade (vide mapa), o Bosque nº 2, possui uma área de 59,44 ha de mata nativa que, junto a Bosque nº 1, "Parque do Ingá" constitui-se numa dentre as áreas verdes mais importantes de Maringá e região, e, portanto, há sempre a preocupação de se preservar a área de nichos ecológicos de flora e fauna.

As principais espécies predominantes nessa mata primária, são: peroba, cedro, marfim, pau d'alho, figueira branca, alecrim, espeteiro, algodoeiro, tiboril ou tabouva, cebolão, canela, canelão, ingá, canafístula, angico, guajuvira, guapuruvu, pau-marfim, sobrasil, ipê-roxo, ipê-amarelo, palmito, pau-cigarra, santa bárbara, cebolinha, jaboticaba, pitanga, entre outras espécies nativas.

PROJETO DE LEI Nº 134/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor Homero Tabajara Cardoso Loureiro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Homero Tabajara Cardoso Loureiro é natural de Clevelândia, atualmente, residente em Pato Branco e possui uma das memórias mais privilegiadas do Brasil. Conhecido como "homem computador", superou suas limitações físicas (é cego e sem duas pernas), utilizando sua memória em benefício da população de sua cidade.

Hoje, o Senhor Homero é conhecido nacionalmente, desde uma reportagem que foi ao ar no domingo último, dia 28 de maio, feita pela TV Paranaense e transmitida pelo Programa "Fantástico", da Rede Globo, onde a mesma mostrou que ele sabe de cor mais de seis mil números telefônicos, além de informações turísticas de Pato Branco, notícias divulgadas através de rádio e televisão e informações sobre o mercado financeiro.

Durante o período de 1965 a 1975, o Senhor Homero fazia forte concorrência à Telepar, pois desde que o serviço telefônico fora instalado o Senhor Homero, até por brincadeira, começou a memorizar números telefônicos, então, há 14 anos a Telepar resolveu contratá-lo e ele presta seus serviços em sua residência.

O signatário deste entende que o Senhor Homero deve ser um exemplo a ser seguido por todas as pessoas portadoras de deficiência física, pois está comprovado cientificamente que, uma pessoa portadora de uma deficiência num de seus sentidos, pode desenvolver outros com muita intensidade, e mesmo aquelas pessoas absolutamente normais, assim consideradas.

Fica aqui o registro das palavras textuais do Senhor Homero "basta disposição" para desenvolver a memória.

PROJETO DE LEI N° 135/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica decretado o tombamento do Bosque n° 1, "Parque do Ingá", localizado no Município de Maringá, como patrimônio ecológico do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Bosque n° 1, conhecido como "Parque do Ingá", localiza-se bem no centro da cidade de Maringá (vide indicação no mapa) e é considerado uma das áreas verdes mais importantes de Maringá e região.

Em anexo, para os devidos fins, dois relatórios que descrevem detalhadamente o Parque Ingá e também suas potencialidades.

A fauna é igualmente rica nesta mata e, considerada uma das maiores riquezas ecológicas da região, é também motivo de preocupação de diversas entidades ecológicas, tendo em vista as erosões causadas pelas galerias de águas pluviais que desagüam em diversos pontos do bosque, causando constante e progressiva destruição.

O signatário deste, entende que, com o tombamento, as entidades e órgãos competentes ligados ao governo estadual, sensibilizarão com a questão da conservação dessa importantíssima área verde, que raríssimos municípios podem usufruir desse benefício.

Somente a título de ilustração, Maringá possui hoje 1.931.146 metros quadrados de áreas verdes. A arborização pública de Maringá cobre 13,4% da área urbana atual e equivale a 20,6 m²/habitante, cuja média é considerada boa por estudiosos ecológicos. Desse total, 32,4%, ou seja, 6,7 m² provém das áreas verdes.

Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os vereadores paranaenses reunidos no I Congresso Paranaense de Câmaras Municipais da análise do movimento presente e que elabora a nova Constituição do Estado e que se impõe às Câmaras Municipais a elaboração das leis orgânicas municipais concluíram na Carta de Curitiba o seguinte:

O princípio da autonomia dos municípios consagrada no texto da Carta Magna Federal deve ser respeitado em sua plenitude. A Constituição do Estado, portanto, não pode conter sob pena de inconstitucionalidade norma que restrinja a autonomia dos municípios, considerando que se constata no anteprojeto elaborado pela Comissão Constitucional da Assembléia Estadual Constituinte diversos dispositivos que são restritivos dessa autonomia, decidem os participantes do Congresso pela Constituição de comissão de vereadores para atuar junto aos Constituintes Estaduais visando a supressão dos mencionados dispositivos.

Concluem também:

1) que o processo de elaboração das Leis Orgânicas Municipais poderá ter início desde logo inaugurando-se a legislatura especial voltada para este fim específico através de resolução aprovada pelo Plenário da Câmara Municipal respectiva;

2) o Regimento Interno do processo de elaboração da Lei Orgânica, preverá a criação de comissão interpartidária encarregada da recepção e análise das propostas e sugestões da coletividade e da redação do anteprojeto básico da Lei Orgânica.

Reafirmo a luta pela independência do Poder Legislativo Municipal no sentido de zelar pelas suas prerrogativas em face do Poder Executivo no sentido de zelar pelas suas prerrogativas em face do Poder Executivo com a utilização de instrumento Constitucional da sustação dos atos normativos que exorbitam do poder regulamentar e dos limites da delegação Legislativa.

Externam a sua convicção de que a remuneração dos vereadores deve ser calculada observadas as normas da Constituição Federal, levando em consideração a realidade sócio-econômica do município no intuito de preservar a imagem do Legislativo Municipal e possibilitar seu mandato com dignidade.

E, finalmente, a criação da União dos Vereadores do Paraná, vem no momento oportuno, para fortalecer a integração dos legislativos das comunas paranaenses e a valorização do papel do parlamentar municipal no contexto social e político.

Nós estivemos presentes a esse Congresso, pudemos constatar a presença muito boa de Vereadores de vários Municípios do Paraná e evidentemente, prestigiamos a palestra dada pelo Presidente desta Casa, durante do Congresso de Vereadores, onde foi bastante apertado, bastante aplaudido, e procurou o Deputado Anibal Khury, colocar sempre a Assembléia Legislativa à disposição dos Vereadores, sempre procurando a defesa dos Parlamentares desta Casa, muito embora alguns Vereadores tenham se manifestado contrários a algumas medidas tomadas nesta Casa.

Por isso, parabeno o Deputado Anibal Khury pela sua palestra e pela defesa, principalmente da Casa, perante o I Congresso de Vereadores.

E, quero também nesta oportunidade, dizer que, os Vereadores que vieram a este Congresso já criaram a União dos Vereadores do Paraná e que têm a sua primeira Diretoria que é composta dos Vereadores:

Presidente: Jorge Bernardi - Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba;

Vice-Presidente: Juarez Lima Henrichs - Barracão;

2° Vice-Presidente: Rogério de Paula Quadros - Ponta Grossa;

1° Secretário: Carlos Prates - São José dos Pinhais;

2° Secretário: Magrio da Paz - Nossa Senhora das Graças;

1° Tesoureiro: Antônio Costa - Rio Branco do Sul;

2° Tesoureiro: Mário Diórgenis Canteri

- Pitanga;

Procurador Jurídico: José Humberto Romagnoli - Umuarama;

Comunicador Social: Luiz Antônio Zanlorenzi - Marilândia do Sul;

Conselho de Contas:

Presidente: Itamar de Souza - Barração;

1° Membro: Wilmar José Sangaletti - Sulina;

2° Membro: Itamar Borba Carneiro - Ponta Grossa;

3° Membro: Décio Luiz Fredo - Pranchita;

4° Membro: Luiz Cláudio Costa - Balsa Nova;

Suplentes: Luiz Carlos Sebastião - Ponta Grossa;

Elido Alviar Doneda - Pranchita;

Dirce Corradi de Freitas - São Pedro do Paraná.

E entre as propostas da chapa eleita dos Vereadores encontra-se a criação do jornal dos Vereadores; a realização de congressos periódicos; a criação da Casa do Vereador, em Curitiba; o acompanhamento da Constituição Estadual; o assessoramento técnico legislativo às Câmaras do Paraná e a realização do Congresso Sul-americano de Vereadores, entre outras iniciativas.

Por isso, fica aqui o nosso cumprimento aos Vereadores que se fizeram presentes ao I Congresso, realizado aqui em Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como é de praxe, venho aqui para fazer algumas observações, na área de Segurança Pública. E eu vou fazer por alto, pois no curso das sessões, nos trabalhos desta Casa, nós, gradativamente iremos analisando de "per si", cada assunto que vem se tornando preocupação a toda a nossa comunidade.

E como não poderia deixar de ser, novamente chamo a atenção da Secretaria da Segurança Pública, e por que não dizer, do Governo do Estado, que é, sem dúvida alguma, o principal responsável pelo que realmente vem acontecendo.

Todavia, quero elogiar o trabalho maravilhoso que a operação fronteiras vem desenvolvendo, ao longo deste Estado do Paraná e divisa com Argentina, Mato Grosso e Paraguai, naturalmente na caça, no combate a marginais, que agem na operação do contrabando e uma série de outras tantas coisas, no que diz respeito até a prejudicar a nossa Receita Estadual.

Mas, quero, em contrapartida, chamar a atenção, porque há três anos está ocorrendo no noroeste do Paraná uma série de fatos que vem naturalmente intranquilizando toda aquela comunidade de proprietário, que diz respeito, ligado e diz respeito à área rural, principalmente aos criadores de gado. Eu chamaria então a atenção para que o Secretário da Segurança procurasse desenvolver, dar uma deriva dessa operação para aquela área, aquela região, no sentido de fazer com que aqueles senhores que já estão até conclamando em se organizar quando se fala em organizar, naturalmente já se imagina, pensa-se em criar uma milícia local, uma estrutura para fazer combate, já que a estrutura atual não faz nada. Então eu quero, no momento que aplaudo a operação contrabando, levada a efeito nas fronteiras deste Estado, quero chamar a atenção para que o Secretário da Segurança dê uma atenção especial para aquela outra região; e lamentar, lamentar as manchetes que aqui vem ocorrendo quase que numa incidência, envolvendo policiais militares no que diz respeito a arrombamentos, assaltos e uma série de tantas outras irregularidades. É lamentável, quando a instituição vai assim, vai mal, eu tenho chamado a atenção e a resposta que se tem do outro lado é: "eu puni, mandei averiguar, investigar, e vou pôr na rua." Não é essa a solução! Se realmente têm bandidos, ladrões, assaltantes dentro da própria instituição, que vem ferindo, tem alguma coisa errada e a coisa errada é o Secretário da Segurança, errado também aqui o Comandante Geral da Polícia Militar. Não é punindo depois que acontece que ele vai dar satisfação à sociedade, tem que punir antes, através de medida de caráter preventivo, chamar atenção para que não ocorra.

É lamentável as incidências que vêm ocorrendo em termos de policiais militares envolvidos, está denegrindo, deturpando uma instituição centenária, que tem como modelo Nacional um exemplo dentro deste querido País, que é este Brasil. Então, vamos tomar providência, Governador, Secretário.

Não adianta punir, não vai satisfazer a comunidade dizendo: "Eu puni, detectei quem é e vai ser responsável". Vamos tentar curar, sanear o que está ocorrendo dentro da instituição.

Eu não vou me alongar mais no tempo que me resta, Senhor Presidente, caros companheiros, porque é lamentável, não aprovo, na medida que elogio, venho aqui para criticar. Não vi, não me lembro de fatos que tenha ocorrido na Polícia Militar como está ocorrendo hoje. Está faltando, Governador, comando; está faltando, Secretário da Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já está se tornando cansativo o fato de termos que vir sempre à tribuna para tecer comentários sobre a questão segurança. Lembro-me que no dia 12 de abril deste ano, fiz um pronunciamento nesta Casa, denunciando crime organizado em Francisco Beltrão, no Sudoeste, com ameaças de morte a famílias e cidadãos, com o objetivo de extorsão. Chamei, naquela ocasião, à responsabilidade às autoridades locais e a Secretaria da Segurança. Houve, na oportunidade, reação violenta do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, que alegando exagero e infantilidade de minha parte, reuniu os Vereadores que lhe são submissos na Câmara Municipal de Francisco Beltrão e votaram e aprovaram no dia 25 de abril deste ano, voto de repúdio a este Parlamentar com a censura de que estaríamos denegrindo a imagem do município de Francisco Beltrão. Na ocasião o Prefeito Municipal fez referências que foram lidas no dia 12 de maio, nesta Casa, pelo nobre Deputado João Arruda, referências de que o Deputado Haroldo fora mal informado por terceiros.

Por uma questão de justiça, quero referir que recebi nesta Casa, solidariedade dos meus Pares, e também do Sr. Presidente, Deputado Anibal Khury, que inclusive fez brilhante pronunciamento nesta Casa, defendendo o direito e o dever do Parlamentar, em usar a tribuna na defesa dos interesses das comunidades.

Agora, eu pergunto inclusive ao Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, aos Vereadores que votaram a moção de repúdio a este Parlamentar, e a segmentos da sociedade de Francisco Beltrão, como explicar o que denuncia o jornal daquele município, no dia 13 de maio deste ano, com a seguinte manchete: "Policiais agem com violência e são acusados de extorsão"; segue a matéria: "sábado passado uma equipe da polícia civil de Francisco Beltrão cometeu um grande equívoco ao fazer parar um comboio que levava trabalhadores para Mato Grosso. As cenas de abordagem foram de mau gosto, pois, os homens, dez homens, tiveram que se deitar no asfalto por mais de uma hora, enquanto ouviam ameaças, e os veículos eram revistados."

Ou como explicar matéria publicada e veiculada no "Correio de Notícias" do dia 10 de maio, com a seguinte manchete: "Policiais Civis acusados de corrupção; sucursal de Pato Branco, quatro policiais civis da Delegacia de Francisco Beltrão se apropriaram indevidamente de trezentos

cruzados novos, e agiram de forma arbitrária, ao apreenderem dois caminhões, que seguiam para a cidade de Aripuanã, no Mato Grosso."

Um dos caminhões pertence ao madeireiro Sival Pimentel, e o outro, ao Delegado de Polícia da cidade de Bom Sucesso. Ambos estavam carregados com mudanças e foram interceptados durante a tarde do último sábado, na rodovia que liga Francisco Beltrão a Cascavel, pelos policiais Renê, Renato, Toldo e Carlinhos. Os policiais armados com escopetas e metralhadoras, e, se apropriaram indevidamente de trezentos cruzados novos, e dos documentos de duas pessoas. O Delegado chefe da 19ª subdivisão policial, Wolney Tibes, já instaurou uma sindicância e afastou os acusados. Ele informou desconhecer o policial de nome Carlinhos."

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, juntamente com policiais, pessoas desconhecidas, que não fazem parte da Corporação, como justificar e como explicar matéria da "Folha do Sudoeste", do dia 13 de maio, com manchete de primeira folha, onde diz: "Delegado manda instaurar inquérito"; na sequência a matéria: "O Delegado chefe da 19ª subdivisão, policial de Francisco Beltrão, Wolney Tibes, determinou a abertura de inquérito para apurar a veracidade da denúncia do motorista José Jaques Neto, que acusou policiais de lhe terem extorquido dinheiro."

Como explicar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que carros continuam sendo roubados rotineiramente em Francisco Beltrão.

Como explicar o clima de insegurança vivido nesses últimos dias, pelo Sudoeste? Recentemente assalto e seqüestro na cidade de Santa Izabel do Oeste; e, há mais ou menos uma semana, o subdelegado de Francisco Beltrão, Dr. Justus, convocou os joalheiros da cidade a irem à Delegacia, onde lhes revelou terem informações de que uma quadrilha organizada tinha planos de seqüestrar um dos seus filhos para extorsão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados acabou acontecendo o seqüestro na cidade de Pato Branco, cidade que tem nesta Casa dois nobres Colegas representantes como o Deputado Lauro Lobo, Líder do PMDB nesta Casa, e do Companheiro do PSDB José Rogério. E nós sabemos que neste seqüestro da cidade de Pato Branco, seqüestro do filho do empresário senhor Waraskin, participou um ex-policial da cidade de São João. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu espero tomada de posição definitiva da Secretaria da Segurança Pública, do Secretário Noronha, para que tome atitudes enquanto há tempo, porque a situação da segurança no Sudoeste que comecei a denunciar no dia 12 de abril deste ano, a cada

dia se complica, a cada dia se deteriora. E na cidade, hoje, Francisco Beltrão, assim como em Pato Branco, assim como no Sudoeste, existe um clima de insegurança. E por mais que pessoas queiram acobertar e queiram minimizar esses acontecimentos do Sudoeste do Paraná, a situação é grave e nós precisamos, através de uma tomada de posição, que já está sendo articulada no município de Francisco Beltrão, articulação de toda a sociedade, e nós como representantes daquela região, não podemos nos omitir e temos, isto sim, que pressionar os vários órgãos de segurança, em especial a Secretaria da Segurança do Estado, do Secretário Noronha, para que medidas urgentes sejam tomadas, porque na verdade estes fatos, que estão ocorrendo com a participação de ex-policiais, nos dão a impressão de que existe dentro do crime organizado de Francisco Beltrão e do Sudoeste, equipes de informação que tem por objetivo trazer cada vez mais a insegurança e o clima de terror naquela região.

Eu solicito uma vez mais ao Sr. Presidente e aos nobres Deputados, principalmente aos Deputados do Sudoeste do Paraná, aos Prefeitos do Sudoeste do Paraná, assim como à sociedade como um todo, que possamos nos unir num movimento único para que seja feito, no Sudoeste, justiça ao povo trabalhador, ao povo ordeiro. E que nós possamos caminhar a cada dia no desenvolvimento da nossa região, com a devida segurança para o encaminhamento desse trabalho.

O Sr. Nilton Barbosa - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

Assentimento.

Nobre Deputado, no momento em que encerra o seu pronunciamento na tribuna, demonstra, mais uma vez, a sua preocupação com relação à segurança no Sudoeste do Estado. E no momento em que encerra, pede solidariedade, apoio dos Deputados do Sudoeste, bem como de todos os Deputados que compõem esta Casa. E tem a nossa solidariedade, tem o nosso apoio.

E em contatos diversos que temos feito com o Secretário Noronha, com o Dr. Renato Ortolani e o Diretor Geral da Polícia Civil, nós temos sentido as suas preocupações com relação à área de segurança num todo. Recentemente, tivemos também alguns problemas na nossa região. Problemas de contrabando, problemas de tráfico de drogas, e uma série de coisas que envolve, inclusive rapto, onde está acontecendo roubo de gado, roubo de tratores, invasões de fazendas, enfim, todos esses problemas de segurança que Vossa Excelência bem conhece. Mantivemos diversos contatos com o Secretário Noronha, com o Dr. Renato Ortolani e fomos de pronto atendidos e hoje

podemos dizer que a nossa região está de certo modo tranqüila, porque nunca podemos garantir a tranqüilidade, porque a qualquer momento fatos novos podem surgir e nós passamos por mentirosos, mas solucionamos em mais de 70% os problemas, inclusive com a mudança de secretários, delegados e de policiais; e nós, como Vossa Excelência também, nos preocupamos com a sua região, porque o problema de lá, é o da nossa região também e eu acho importante essa sua defesa, por mais uma vez nesta tribuna, porque no primeiro contato que tivemos com o Secretário da Segurança, vamos dizer da nossa preocupação e da nossa solidariedade para com Vossa Excelência e temos certeza, de que o Secretário Noronha, bem como o Dr. Renato Ortolani, dentro das suas possibilidades irão fazer de tudo para que lá também reine a paz que vivemos na nossa Região.

Muito obrigado e tenha a certeza que estaremos juntos nesta luta.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Eu agradeço a vossa participação e também a sua solidariedade.

Sr. Presidente, concluindo, conforme colocou o nobre Deputado Nilton Barbosa, nós continuaremos agindo, atuando, denunciando se necessário for, para que volte a paz à Francisco Beltrão e ao Sudoeste.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PSDB, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Brasil e, em especial, a classe política brasileira, poderá dar uma contribuição concreta à Semana Internacional do Meio Ambiente que se inicia hoje. Depende da Câmara dos Deputados, que tem prazo até quinta-feira para votar os seis primeiros projetos de lei do Programa "Nossa Natureza", elaborado pelo Governo Federal. Aprovar os projetos - com as necessárias alterações modernizadoras - e enviá-los rapidamente ao Senado, serão passos decisivos para regulamentar o capítulo da nova Constituição que trata do meio ambiente.

Como é do conhecimento de todos, a nova Constituição Brasileira dedica um capítulo específico às questões do meio ambiente. Além disso, dispõe direta ou indiretamente sobre essa matéria em vários outros artigos. Por isso a nova Constituição vem sendo, justamente, considerada como a mais avançada e moderna com relação a esta

questão e chega mesmo a ser cogitada como exemplo que poderá ser seguido por outros países.

Quando os projetos chegaram à Câmara, parlamentares e técnicos ligados ao movimento ecológico ficaram desapontados. Os textos abordavam temas corretos, como a política florestal e o ordenamento territorial da Amazônia, mas, na maioria dos casos, limitaram-se a retomar projetos antigos combatidos por especialistas.

O próprio governo, no entanto, aceitou negociar e os textos, ora, resultam de acordos entre parlamentares das comissões que analisaram as propostas do "Nossa Natureza" e membros do Gabinete Militar da Presidência da República, que coordenou o programa. Os entendimentos fizeram, inclusive, com que o Governo decidisse retirar a pauta o projeto sobre ordenamento territorial da Amazônia, um verdadeiro primor de prolixidade e imprecisão.

Entre os principais avanços dos novos projetos está a regulamentação da figura do crime ecológico. A nova Constituição definiu que a destruição ambiental passaria a ser tratada como ato criminoso e a lei, se aprovada fixará pena de prisão de até três anos, períodos que poderá ser dobrado em casos de danos irreparáveis.

Não foram resolvidas, porém, todas as divergências entre o Gabinete Militar e os parlamentares da Frente Verde (Grupo que se formou durante os trabalhos constitucionais, para aprovar o capítulo sobre meio ambiente). O governo insiste, por exemplo, em criar o Conselho Superior de Meio Ambiente, integrado por nada menos que 13 Ministros de Estado, que, dificilmente, poderiam compatibilizar suas agendas para permitir uma reunião da comissão. Os parlamentares preferem manter o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que garante a participação do Governo mas, também, em número proporcional, de representantes da comunidade científica não governamental.

A grande batalha está reservada ao projeto sobre agrotóxicos. Nem mesmo as comissões da Câmara conseguiram consenso. E a decisão será pelo voto.

Outra importante inovação do Projeto que deve ser aprovado é a obrigação de o Poder Público prestar informações sobre o meio ambiente. O IBAMA deverá publicar um relatório anual, sobre a situação do meio ambiente brasileiro.

Amanhã as atenções deverão voltar-se para a votação do projeto que estrutura a Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia (CORPAM), modificando novamente a proposta original do "Nossa Natureza". O Projeto inicial, na avaliação dos ecologistas, privilegia a abordagem puramente desenvolvimentista da Amazônia,

incluindo na Comissão órgãos como a SUDAM, a SUDECO e mesmo a SUFRAMA.

Deve ser rejeitado, ainda, o dispositivo que dava à CORPAM poder de regulamentar apenas as pesquisas sobre recursos naturais renováveis, excluindo, por exemplo, estudos sobre os efeitos das atividades de mineração.

Mas, temos certeza, também, Senhores Deputados, que à Assembléia Legislativa, cabe um papel fundamental nesta hora: avaliar e considerar com seriedade, as sugestões trazidas à Constituinte Estadual, pelas entidades ambientalistas e, inexplicavelmente, não aproveitadas pelo relator da comissão constitucional.

Esta preocupação nos foi passada por representantes da sociedade civil organizada, ligada à questão, na última semana concedida como prazo para apresentação de emendas ao anteprojeto da Comissão Constitucional.

É previsto que consideremos essa participação, porque foi através dela que a Constituição Federal adquiriu um aspecto moderno, avançado e progressista.

Não há valor em ter-se a Constituição Federal avançada se as Cartas Estaduais não a acompanharem. Se isto ocorrer, parece-nos, estaremos criando subterfúgios para o escape às leis e não, como devíamos, recriando o ordenamento jurídico-constitucional do Estado.

Valemo-nos, portanto, desta data, marco no ambientalismo, em todo o mundo, para alertar para o aspecto da responsabilidade da classe política brasileira diante dessa questão, de tão grave relevância.

E neste momento quero também dizer que a Prefeitura Municipal de Curitiba através da Secretaria do Meio Ambiente programou, já a partir do último sábado, uma série de eventos que marcam a "Semana do Meio Ambiente" porque queremos transformar Curitiba na Capital ecológica e este é o desafio colocado em prática pelo Prefeito Jaime Lerner. E uma das grandes etapas desta tarefa do Prefeito Jaime Lerner é, na verdade de dotar a Capital do Estado de uma melhor condição de vida para seus municípios e para aqueles que aqui nos visitam.

E assim é que no próximo domingo uma reivindicação muito antiga dos moradores do município de Almirante Tamandaré vai ser concretizada. Será feito o selamento do aterro da Lamenha Pequena, uma reivindicação bastante antiga e de direito daquela comunidade que agora através de recursos trazidos pelo Prefeito Jaime Lerner, e evidentemente estudos realizados possibilitam o selamento definitivo daquele aterro e ali será feito um grande parque na Região Metropolitana que faz divisa com o bairro de Santa Felicidade.

Fica aqui portanto, em nome do nosso

Partido, Partido Democrático Trabalhista, a nossa homenagem ao "Dia do Meio Ambiente".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Senhor Adilson Gonçalves Neto, vice-Prefeito do Município de Ubatuba.

Com a palavra a Representação do Partido da Frente Liberal.

(Declina).

Com a palavra a Representação do PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes.

(Lê):

"Na última eleição livre para Presidência da República realizada no Brasil, em 1960, o povo brasileiro foi enganado por um embusteiro chamado Jânio Quadros, que empolgou as massas pregando a moralização da administração pública. Com sua vassoura, prometia varrer a corrupção. O engodo durou pouco e o País pagou o preço do falso moralismo udenista. Depois, vieram os militares, prometendo acabar com a corrupção na força e na marra.

No entanto, a história nos mostra que o período militar não foi assinalado apenas pela supressão das liberdades, mas pelo alastramento da corrupção em todas as esferas do poder.

A Nova República não inovou neste campo. Contrário, no governo Sarney, os corruptos ganharam "guarda", assumindo ministérios e postos no primeiro escalão. Alguns corruptos já deixaram o governo, talvez por falta de espaço, mas saíram com louvores do Presidente. Basta lembrar o rumoroso caso do Sr. Anibal Teixeira, na sua passagem pelo Ministério do Planejamento. Outros tiveram mais sorte e continuam firmes no comando de suas Pastas.

Agora, quando o País caminha para a primeira eleição presidencial depois da ditadura militar e do seu apêndice, chamado "Nova República", a opinião pública está sendo induzida a cometer o mesmo disparate de 1960. O falso moralismo ganha espaço com a investida maciça dos grandes veículos de comunicação na projeção de um candidato que encarna este projeto. Candidato este que tem um passado comprometedor, que desmente toda sua pregação inconsistente. De caçador de marajás, sua biografia política mostra que é um empreguista inveterado, nomeando de uma só penada mais de 4 mil servidores na Prefeitura de Maceió. Com os usineiros, a quem prometia combater, fez um acordo espúrio que custa-

rá NCz\$ 120 milhões de cruzados para o falido Estado de Alagoas.

Esta pregação confunde o eleitor que precisa ser esclarecido. Mas, o falso moralismo viceja também no Paraná, na pessoa do Senhor Governador Álvaro Dias.

Seu moralismo administrativo não passa de uma jogada publicitária. Na prática, este governo repete os mesmos vícios dos antecessores. Fala em transparência, mas recusa informações; fala em moralização, mas não revela seus gastos com publicidade. Em diversas ocasiões, encaminhamos pedido de informação a diversos órgãos da administração estadual e até hoje não obtivemos resposta. No dia 22 de novembro passado, encaminhamos ao DER, pedido de informação sobre os critérios de reajuste dos contratos com empreiteiras e até hoje sequer obtivemos uma resposta ao nosso ofício protocolado naquele órgão sob o número 561.976-9. Esta é a transparência apregoada pelo Governador Álvaro Dias.

Na última sexta-feira, o jornal "Folha de São Paulo", publicou uma relação com mais de 600 nomes de ex-parlamentares que recebem aposentadoria através do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) - que corresponde ao nosso Fundo de Previdência do Parlamentar Paranaense - o FEPPA. Entre os aposentados precoces, muitos continuam exercendo outros cargos, cargos públicos, acumulando salário e aposentadoria. Alguns destes privilegiados são verdadeiros colecionadores de aposentadorias, como é o caso do ex-governador Ney Braga, que integra a lista, recebe pensão como ex-governador, detém um cargo público, sem contar que possa usufruir outros benefícios, como ex-ministro.

Mas, o curioso desta lista é a inclusão do nome do Senhor Governador Álvaro Dias. Grande moralista, ele propôs uma emenda constitucional acabando com a aposentadoria dos ex-governadores. É bom recordar que proposta neste sentido fora por mim apresentada antes do governador tomar a iniciativa com a vantagem que defendíamos a extinção deste privilégio inclusive para os ex-governadores que já estavam usufruindo dele.

Exigir coerência dos seus governantes é dever de todo cidadão. Temos cobrado sistematicamente um comportamento coerente do nosso Governador. Contudo, cada vez mais constatamos, frustamos a absoluta incompatibilidade entre seu discurso e seus atos.

O jornal "Folha de Londrina", na sua edição do último sábado, o Governador declara que seria um "idiota" se não requeresse um direito adquirido. "Esse é o tipo de pensão legítima e moral" - disse o nosso Governador.

Será legítimo e moral que o dinheiro

público, recolhido a partir dos impostos pagos pelos cidadãos, do mais humilde que ganha salário-mínimo ao milionário, seja empregado para dar uma gorda aposentadoria a ex-parlamentares? Este é o conceito de legitimidade e moralidade defendido pelo nosso Governador?

É legítimo que o Governo Sarney baixe a Medida Provisória n. 63 desvinculando o pagamento dos benefícios da Previdência do novo salário-mínimo e aumentando as contribuições para os assalariados e empresários? É moral pagar uma aposentadoria de NCz\$ 80,00 aos aposentados e pensionistas deste País, enquanto centenas de ex-parlamentares recebem uma aposentadoria que varia entre NCz\$ 1,3 mil e NCz\$ 6 mil?

Senhores Deputados! A paciência popular tem limite e a indignação pode levar a uma verdadeira convulsão social. O povo empobrecido não suporta o cinismo dos governantes, que defendem seus privilégios com a maior naturalidade e cara de pau.

A aposentadoria parlamentar, nos parâmetros definidos pelo IPC e pelo FEPPA, é imoral, ilegal e inconstitucional. Tenho reafirmado esta posição desde o início do meu mandato e esta é a posição do meu partido. Ano passado, apresentei o projeto n. 146/88, propondo a extinção do FEPPA. O destino dele foi a gaveta.

Agora, na Constituinte, fizemos uma emenda proibindo o Estado de repassar recursos públicos para fundos previdenciários privados. Na Comissão da Ordem Econômica e Social, depois de ter recebido parecer favorável do relator, acabou retirada do relatório numa manobra de bastidores. Vamos insistir nesta tese, pois, ao contrário do Governador Álvaro Dias, consideramos ilegal e imoral que o poder público subvencione as aposentadorias dos ex-parlamentares.

Entretanto, é bom ressaltar que não enfrentamos esta questão isoladamente. Ela está inserida no contexto das propostas do PT para a moralização e o resgate da credibilidade do Poder Legislativo. A grande discussão que se faz hoje no País envolve a Previdência Social. O rombo é gigantesco. Para cobri-lo, o governo adota a medida que lhe é mais conveniente: aumenta o desconto sobre os assalariados. É a velha história de repassar aos trabalhadores o ônus das falcatruas produzidas pelo Governo.

Na semana passada, usamos esta tribuna para abordar esta questão. Lembrávamos naquela ocasião, que o problema da Previdência é o desvio de recursos, da ordem de US\$ 4,8 bilhões por ano, de acordo com resultado de auditoria realizada pelo próprio Ministério da Previdência. Moralizar a máquina previdenciária é o primeiro passo para tirá-la da insolvência. Mas, isto

é tarefa para um governo sério, determinado e amparado por forças políticas realmente comprometidas em moralizar a administração pública. O PT tem se posicionado nacionalmente contra a Medida Provisória n. 63, que peca desde a origem pela sua inconstitucionalidade. Os Deputados que aprovam seus privilégios, será preciso violentar a consciência para votar a favor do rebaixamento das aposentadorias. Até mesmo para aqueles que consideram legal e moral usufruir destes privilégios".

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao PRN.

Com a palavra a Senhora Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

(Lê):

"Durante os anos em que estive filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, trabalhei com entusiasmo e lealdade, dentro das diretrizes político-partidárias.

O meu comportamento neste Poder Legislativo, e neste sentido todos os nobres pares são testemunhas, é de cordialidade e respeito para com o exercício do mandato para o qual fui reeleita.

O convívio entre os nobres parlamentares desta Casa de Leis tem sido uma escola inigualável de aprendizagem político e humana. Cada um dos nobres Deputados desta Assembléia Legislativa é um exemplo de honradez e dignidade, cujo trabalho em benefício do nosso povo e do nosso Estado dignificam o exercício do mandato conquistado nas urnas. Entretanto, algumas vezes esse trabalho é incompreendido por pessoas que não acompanham com profundidade a realidade do nosso dia-a-dia, de dedicação, honestidade e seriedade com a causa pública. Esses preceitos morais que caracterizam o Legislativo paranaense são algumas vezes esquecidos por detratores e caluniadores que não encontram eco na sociedade em que vivemos porque o nosso povo sabe a importância da democracia, do voto direto como forma de exercício do poder popular. Na falta de competência e capacidade política para conquistarem cargos eletivos, os detratores recorrem à calúnia.

Cada representante deste Poder Legislativo, cada Deputado e cada Deputada, é um legítimo representante das aspirações políticas de milhares de paranaenses, de diferentes regiões do nosso Estado. E por conviver com cada um dos nobres Deputados e Deputadas desta Casa de Leis, é que posso afirmar com toda a segurança, que tenho orgulho de pertencer a este Poder Legislativo. Tenho orgulho de conviver com pes-

soas honradas, dignas e honestas. Tenho orgulho em tê-los como pares na luta em defesa dos interesses do nosso povo, na defesa da nossa terra e da nossa Pátria.

A sinceridade destas palavras não deixam sombra de dúvida quando contemplo este Plenário e constato a inexistência de qualquer inimizade ou desafio político. Sem nenhuma exceção, vejo a todos como companheiros e companheiras, verdadeiros irmãos que ao longo dos anos enfrentam vitórias e derrotas, glórias e infortúnios. Mas, acima de tudo, irmãos caminhando juntos pelo mesmo caminho de dignidade e responsabilidade.

Neste momento em que decidi optar pelo P.R.N., Partido da Reconstrução Nacional, quero deixar bem claro que isso se deve à minha identificação política e ideológica para com o P.R.N. e o exemplo político do ex-governador Fernando Collor de Mello. Trata-se de uma jovem liderança que se destaca no firmamento político nacional de maneira nunca vista em toda a história do nosso País. Trata-se de uma liderança política que desponta com firmeza nas pesquisas eleitorais porque é carismático, honesto e brilhante, autor do projeto de Reconstrução Nacional.

A opção que fiz pelo P.R.N. não modificará o comportamento habitual que tenho mantido neste Parlamento. Continuarei sendo a companheira política que sempre fui, leal aos companheiros de bancada, leal aos companheiros legisladores, cordial para com aqueles com os quais venha a ter diferenças políticas, mas terei também, como sempre tive, uma atitude de respeito para cada um dos nobres pares desta Casa.

Aproveito esta oportunidade para contestar especulações maldosas que vem sendo feitas no sentido de que o P.R.N. seja uma sigla de aluguel deste ou daquele partido. Essas especulações demonstram desespero e falta de argumentos por parte daqueles que, com espírito corporativista, não entendem e não aceitam a liberdade de pensamento como pressuposto básico da vida de qualquer cidadão.

O P.R.N. - Partido da Reconstrução Nacional, é um partido político que vem para somar ao lado dos partidos que realizam um trabalho sério e honesto em defesa da causa pública, em defesa do nosso povo.

O P.R.N. é um partido político que vem trazer um fato novo na política nacional, que é a coragem, a honestidade e o brilhantismo de um Fernando Collor de Mello, cuja caminhada rumo ao Palácio do Planalto é inabalável porque é respaldada no apoio popular.

A nível estadual, estamos agora estruturando o P.R.N. na maioria dos municípios do nosso Estado. Nas próximas semanas com a vinda de Fernando Collor de Mello ao Pa-

Paraná, numa iniciativa do Deputado Federal José Carlos Martinez, demonstraremos a grande força que o partido dispõe na atualidade, através da adesão de inúmeros Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais. Entretanto, o crescimento vertiginoso deste partido não vem sendo feito de forma descontrolada, permitindo o oportunismo político. O crescimento do P.R.N. no Paraná e em todos os estados brasileiros vem sendo feito dentro das diretrizes partidárias, dentro dos três princípios básicos: honestidade, moralidade e dignidade.

Por esse motivo é que o P.R.N. despon-ta como partido promissor.

Muito obrigada!

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PTB com a palavra. (Declina).

PTN com a palavra. (Declina).

PL com a palavra.

Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

Hoje, Dia do Meio Ambiente, voltamos a ocupar esta tribuna para manifestar nossa preocupação que, graças a Deus, começa a ser compartilhada por líderes dos mais diversos segmentos da sociedade. A natureza vem sofrendo a violência do desenvolvimento a qualquer preço e da ganância desmedida daqueles que só pensam nos lucros imediatos, desprezando aquilo que deve ter o maior respeito: a Vida.

Muito se vem falando da importância de se reflorestar o Estado que conta hoje com menos de 5% de sua cobertura florestal, quando no passado já foi de 80%. Já existe uma emenda apresentada à constituinte estadual que determina a utilização de 20% de qualquer propriedade rural para fins de preservação, obrigando inclusive o reflorestamento em caso de já ter havido desmatamento. A medida merece o nosso apoio.

Também estão sendo iniciados os projetos de recuperação dos rios do Norte do Paraná, local mais atingido pelas destruições causadas pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos. É este assustador assunto que vamos abordar hoje com maior profundidade.

Precisamos insistir neste assunto que tem gerado grande polêmica, mas contra o qual muito pouco se tem lutado em função dos grandes interesses econômicos que envolve. É o uso excessivo de agrotóxicos. Mais que isto, é o simples uso do agrotóxico.

Muitos podem estranhar que hoje ocupemos esta tribuna para defender práticas de

agricultura tidas como obsoletas. Em plena era da informática, numa era em que o aumento da produtividade é uma necessidade incontestável, de repente se volta com uma bandeira de retorno às práticas antigas, às práticas naturais de agricultura. Por que?

Ora, Senhores, muitos estudos vêm sendo desenvolvidos em todo o mundo sobre os males causados pelos agrotóxicos. Aqui mesmo em Curitiba, o professor Medina, da Surehna, tem desenvolvido trabalhos sobre a toxicidade dos agrotóxicos, muitos pesquisadores afirmam até mesmo que o organismo vivo não tem capacidade de eliminar nenhum destes venenos ficando todos acumulados e causando toda a sorte de doenças.

Alguns técnicos agrícolas voltaram a orientar os agricultores no sentido de adotar um manejo adequado do solo, com adubação natural, o que tem resultado em lavouras saudáveis, livres de pragas, e o mais importante: sem efeitos danosos quer para a saúde do agricultor, quer para a saúde daqueles que consomem seu produto.

O Paraná já chegou a consumir, nos anos 70, setenta mil toneladas de agrotóxicos por ano. Uma maior conscientização por parte dos técnicos e agricultores reduzir este número para 22 mil toneladas anuais. Só que isto representa em média 2,5 quilos de agrotóxicos por habitante a cada ano.

Mas reverter completamente este quadro é tarefa difícil já que este é um mercado que movimenta um milhão de dólares por ano. Milionário e assassino, pois milhares de pessoas são intoxicadas por agrotóxicos quer por ser aplicador ou por ser o consumidor do produto no qual ele foi utilizado.

É preciso que nós, da esfera estadual, entremos nesta luta na tentativa de devolver a saúde ao povo. Não podemos permitir que as indústrias continuem distribuindo propagandas mentirosas aos agricultores e continuem a incentivar o uso indiscriminado através das promoções que fazem entre seus vendedores, oferecendo premiações para aquele que mais conseguir colocar o produto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Precisamos conter o desequilíbrio que assola nossa natureza. Precisamos evitar que a população brasileira continue sendo vítima da ganância da indústria internacional. Não podemos permitir que as gerações futuras corram ainda maiores riscos do que os que já está condenada a correr em função da nossa convivência com situações injustificáveis como esta.

Vamos nos unir em torno dos que lutam pela preservação. E vamos principalmente incentivar técnicas agrícolas que tenham na natureza sua base. Temos que investir

na tecnologia baseada na natureza, substituindo o uso da química prejudicial por métodos não agressivos.

Senhores Parlamentares.

É nosso dever, como representantes que somos do Povo do Paraná, lutar contra o que quer que represente perigo para a saúde e à vida.

Não temos o direito de nos abster nesta que finalmente passa a ser uma luta de muitos e não mais de poucos quixotes. Até que enfim a verdadeira preocupação com a preservação do meio ambiente se configura. Precisamos nortear nossos trabalhos aqui dentro pela conscientização de que o futuro das próximas gerações pode realmente defender da maneira como nos posicionarmos diante das questões ambientais.

O planeta está condenado à morte se não tomarmos medidas eficientes para conter a devastação e a poluição. Não podemos no entanto nos deixar manipular através das paixões por grupos interessados em explorar as riquezas do Brasil. São muitos os lobos com pele de ovelha. Precisamos proteger nosso ideal ecológico daqueles que apenas pretendem voltar nossos olhos para outros lados. Muitos são os interesses que regem por exemplo os que tão passionadamente defendem a Amazônia. Somos totalmente favoráveis à preservação Racional, aliada ao desenvolvimento regional. Mas precisamos estar atentos para não servir de instrumento a outros grupos igualmente interessados em explorar.

Sim, precisamos realmente estar atentos e firmes. Mas precisamos acima de tudo disseminar o ideal preservacionista, demonstrar a importância de haver um desenvolvimento equilibrado, que leve em conta a necessidade do crescimento econômico mas também da preservação da natureza.

Não podemos, Senhores, continuar explorando a natureza como se não morássemos neste Planeta".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PDS, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consulto a liderança do PMDB, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

Antes, porém, queremos dizer à Deputada Amélia Hruschka, que continuará sendo nossa querida Deputada, merecendo nosso apreço e consideração.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, inicialmente, cumprimentar a ilustre Deputada Amélia Hruschka, e lamentar profundamente também o seu desligamento das fileiras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que soube enrique-

cer neste Poder Legislativo.

Ouvíamos atentamente o pronunciamento dos Deputados Raul Lopes e Haroldo Rodrigues com relação à segurança em nosso Estado. Isto é muito importante para que nós voltemos à época de 1982, e façamos aqui um relatório referente à Segurança Pública do Estado do Paraná.

Existe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrado nos Anais deste Poder Legislativo as quantas e quantas vezes ocupei a tribuna para denunciar o envolvimento de policiais com grupos de bandidos na Região de Cianorte. Não só denunciei nesta tribuna, mas como também procurei, por várias e várias vezes, na época, o então Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Raul Lopes, hoje Deputado Estadual.

Trazia o problema ao Comando Geral da Polícia Militar, levava o problema à Secretaria da Segurança Pública, ao então Secretário Felipe Haj Mussi, para que tomasse as devidas providências no envolvimento de policiais militares com as gangues que agiam não só na região de Cianorte, mas de Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama.

Depois de tanta luta, de tantas denúncias, tivemos a presença do então Delegado Adjunto da Polícia Civil, Dr. Branco, que se dirigiu a Cianorte e fez um levantamento da situação grave e do desespero que vivia a comunidade.

Após um levantamento, constatou-se por um relatório - o qual temos em mãos, em nosso gabinete - que realmente havia envolvimento de militares aos assaltos de bancos na Região e davam cobertura com as viaturas da Polícia Militar para que fossem facilitados.

E Vossa Excelência, Deputado Raul Lopes, sabe perfeitamente...

O SR. RAUL LOPES - Inscrevo-me para um aparte.

O SR. DIRCEU MANFRINATO ... que quantas e quantas vezes estive no seu gabinete pedindo providências por esses fatos. E só agora, no Governo Alvaro Dias, com o Sr. Secretário, Dr. Antônio Lopes Noronha, e o atual Comandante da Polícia Militar, Coronel Vantuil Borges, foi possível a detenção desses marginais que participavam dos roubos na Região de Cianorte.

Isto só foi possível, no Governo Alvaro Dias, e é lamentável que a população, e este Deputado junto com as autoridades constituídas no município de Cianorte, sofreu durante tanto tempo alertando as autoridades maiores do Estado, e providências nenhuma na época foram tomadas.

Nós sabemos, sim, que a área de segurança é uma área difícil, não é só no Pa-

Paraná que existem os problemas, nós podemos observar os problemas que existem no Rio de Janeiro, os assassinatos, os roubos, é constante, um percentual que eu quero acreditar até sessenta vezes mais do que o do Estado do Paraná.

O importante é que se faça justiça nas acusações, nós não podemos responsabilizar o comandante da Polícia Militar, o Delegado Chefe da Polícia Civil, Dr. Renato Ortolani, ou até mesmo o Sr. Secretário da Segurança, por alguns atos irresponsáveis e por alguns atos de corrupção, de assaltos, de elementos que praticam, não podemos responsabilizar o comando geral da nossa Polícia Militar, nem da Secretaria da Segurança, nem da Polícia Civil.

Não poderíamos responsabilizar, porque o Secretário não pode precisar e nem o comandante qual seria a atitude de um militar, ou da Polícia Civil em qualquer momento; nós tivemos um exemplo claro aqui em Curitiba; quando um soldado atirou de escopeta no rosto de um estudante, será que o Secretário é responsável, será que o Comandante da Polícia é responsável? Não podemos atribuir a responsabilidade a todos. Temos sim, que procurar preparar melhor a nossa Polícia Civil, a nossa Polícia Militar. Tanto é que eu já entrei com uma emenda na nova Constituição, para que haja um melhor critério nos concursos a serem realizados, tanto pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, procurando trazer elementos responsáveis, que façam um trabalho de seriedade e dignidade, para a nossa comunidade.

Concedo um aparte ao Sr. Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Perfeitamente, Deputado Manfrinato.

Eu realmente me lembro, quando Comandante, Vossa Excelência esteve em nosso Gabinete. Ali analisou por diversas vezes os problemas que afligiam aquela região e, naturalmente, Vossa Excelência.

Tratamos com toda a atenção, com toda dignidade e respeito e, quer nos parecer que demos atenção a Vossa Excelência, a todos os casos, indiscutivelmente, todos os casos, atente bem, a todos os casos.

E quando eu me reportei pela forma, pela incidência, pela constância com que vem ocorrendo e acontecendo, é evidente que eu não quero que o Secretário da Segurança e o Comandante sejam "messias", tenham uma bola de cristal, e adivinhem o que está acontecendo e o que está por acontecer.

Mas o que acontece, é que a forma, a consequência pela qual eu conheço, vivo ainda hoje mesmo, acompanho constantemente todo o dia a dia dessa corporação, não vem acontecendo da forma evidentemente que es-

tamos a observar.

Não fui eu que disse aqui nesta Casa, e sim vários companheiros, inclusive a comunidade que tem até certo ponto, alertado Sua Excelência o Governador do Estado e a área da Secretaria da Segurança recentemente a comunidade empresarial, comercial, associações comunitárias, lideranças de toda a comunidade dentro dessa sociedade, tem pedido e fazendo ver a Sua Excelência O Governador o que está ocorrendo.

Então, é essa a forma, essa é a causa pelo motivo que eu chamo a atenção.

Observou aqui dando voto de louvor à operação que é desencadeada no Sudoeste do Paraná, na área da fronteira, evidentemente. Mas, em contrapartida da omissão levada a efeito, pelo que eu li, através de um jornal deste Paraná, e assim por diante, de sorte que o Sr. Deputado Manfrinato, atento bem evidentemente e tenho tido a causa acompanhando diuturnamente a preocupação pelos negócios da segurança pública. E eu acho que Vossa Excelência está com a razão, porque é um Deputado do Governo e não faz, como outro, senão sustentar e defender, da mesma forma que eu aponto, evidentemente, os erros que vêm ocorrendo.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu gostaria só de reafirmar...

Solicito dois minutos para encerrar, Sr. Presidente.

... reafirmar a Vossa Excelência que fui bem atendido por Vossa Excelência, no Comando Geral da Polícia Militar. Não tivemos o respaldo foi em Cruzeiro do Oeste, onde estava sediado o Batalhão da Polícia Militar, que se encontra sediado hoje. Porque nós chegamos além, ilustre Deputado.

Eu cheguei a dar nomes dos policiais que estavam envolvidos com assaltos de banco na região noroeste do Estado. Agora, é lamentável passarem dois Secretários de Estado, no Governo de 82 a 86, que foram Luiz Felipe Haj Mussi e Dr. Jesus Sarrão, e não foi tomada nenhuma providência, na época. Só na época em que o Governo Álvaro Dias, através do Secretário, Dr. Antônio Lopes de Noronha é que foi possível desbaratar esta quadrilha, que inclusive assassinou um dono de posto de gasolina em Cianorte, e que seu filho era estudante aqui em Curitiba, e era funcionário do gabinete do Deputado.

O SR. RAUL LOPES - (Pela Ordem) Para um esclarecimento. As providências foram tomadas, sim, Sr. Deputado.

Ocorre que as coisas não acontecem de imediato. As investigações, as averiguações, as medidas disciplinares, as medidas administrativas, no que diz respeito à al-

çada judicial, não ocorrem de imediato. Naturalmente, ocorreram gradativamente e veio a ser concluída na gestão deste Governo, na gestão deste Secretário e deste Comandante.

Mas, se o Sr. tiver oportunidade de ler o "dossiê", todas as providências foram tomadas, na época.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Sr.

Presidente, ilustre Deputado Raul Lopes, eu gostaria de dizer que as providências que foram tomadas, foram tão rápidas e ágeis, mataram tantos e tantos inocentes na região de Cianorte, Campo Mourão, inclusive queimando os quartos. Esta foi a providência urgente que vocês tomaram, na época.

Tanto é que está comprovado, os soldados foram presos aqui no Comando da Polícia Militar, participaram de assaltos a bancos em Cianorte e assassinaram o dono do posto de gasolina Amazonas, e que eu denunciei, no comando. Denunciei ao Sr. Secretário da Segurança, quando nós também corríamos risco de vida, porque tanto da Polícia Militar e tanto da Secretaria da Segurança, há quebra de sigilo, colocando em risco a vida do Deputado.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa vai considerar os dois oradores inscritos para Explicações Pessoais.

O SR. RAUL LOPES - Eu me inscrevo para Explicações Pessoais, Sr. Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu me inscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado.

do. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nº 121/86, 58 e 133/87, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/86, de autoria dos Deputados NILSO SQUAREZI e EDGARD PIMENTEL, que cria o município de IBEMA, com território a ser desmembrado do Município de Catanduvas, e divisas do atual Distrito Administrativo, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 58/87, de autoria dos Deputados ANTÔNIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE e GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de LINDOESTE, com território desmembrado do município de Cascavel, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral da C.C.J., de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 058/87

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 058/87, de 6 de maio de 1987, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado o município de LINDOESTE, com território desmembrado do Município de Cascavel, sede na localidade do mesmo nome e divisas abaixo descritas:

"Começa no marco divisório das glebas 2 e 3, na margem esquerda do Rio Gonçalves Dias, descendo por este Rio até a divisa intermunicipal Cascavel - Capitão Leônidas Marques, deste ponto segue em direção Leste e sempre por esta divisa seca, até o Rio Andrada, segue daí pela margem direita, até o marco divisório das glebas 5 e 2, deste ponto segue em direção Oeste pelas divisas destas glebas, até encontrar o Rio da Paz, subindo por este rio, margem direita, até encontrar novamente o marco divisório das glebas 2 e 3, seguindo daí em direção Oeste, por essa divisa seca, até o Rio Gonçalves Dias, ponto inicial da demarcação."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 30.05.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

As lideranças dos municípios limítrofes se reuniram e apresentaram, em comum acordo, esta nova divisa, que, vale salientar, não altera substancialmente a área pretendida para o novo município de Lindoeste.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação a emenda substitutiva. -

Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/87, de autoria dos Deputados ANTONIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE, GERNOTE KIRINUS e outros, que cria o Município de SANTA TEREZA DO OESTE, com território desmembrado dos municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, com sede na localidade de Santa Tereza, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.-

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação a emenda substitutiva geral. - **Aprovada.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de Ouro Verde do Oeste, sediado na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Toledo e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DO SIMÃO, com sede e foro no Município de Guaruva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/89, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/89, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE INQUILINOS, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a CASA DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRA DE CURITIBA - CANIERA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado..**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE EDUCACIONAL NOSSA ESCOLA, com sede e foro no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de PINHAIS, com território desmembrado do município de Piraquara e divisas do atual Distrito Administrativo. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Retirado pelo Autor.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que institui o "Dia do Transportador Paranaense". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 91/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 44/89), que concede pensão mensal a MARLENE ZIFLONKA, viúva do ex-Prefeito do Município de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor equivalente a dois salários mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, votei favoravelmente, mas me reservo o direito da terceira votação, para repensar esse posicionamento para refletir melhor.

O SR. ~~PRÉ~~SIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1064, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1080, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, com o apoio dos Srs. Deputados Lauro Lobo Alcantara, Pedro Tonelli e uma ilegível, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1054, de autoria do

Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1055, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1058, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Em discussão.

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1056, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1057, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1059, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1065, de autoria do Sr. Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1066, de autoria do Sr. Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1067, de autoria do Sr. Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1068, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1069, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1073, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1074, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1075, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 1076, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1077, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1078, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1081, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1082, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1083 - A, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Raul Lopes, inscrito.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu, a rigor, não deveria vir aqui para alguns esclarecimentos. Todavia, para uma situação pessoal citada pelo Deputado Manfrinato. Atentem bem, caso pessoal.

Eu procurei nesse espaço de segundos, reavivar a minha mente, a minha memória e me lembrar do que ocorreu. Foi um caso pessoal, viu, Deputado Manfrinato, que ocorreu com Vossa Excelência, que naturalmente preocupado, não satisfeito com algumas providências porque não vou entrar em detalhes aqui, preservo-me e me reservo esse direito, eu mandei investigar, averigui, mesmo assim me lembro de tê-lo atendido naquela ocasião. E se no curso daquele processo todo, ocorreu, evoluiu, mesmo que esse companheiro tivesse mais tarde tirado a vida deste cidadão do qual eu lamento.

No curso do processo, ele foi responsabilizado. Não preciso dizer a Vossa Excelência, que conhece muito bem como se desenvolve um processo administrativo na área judicial.

Não preciso dizer também, as investigações, as averiguações, o trabalho de advogado de defesa, promotoria em acusar, denunciar, oferecer denúncia, e assim por diante. É um crime que naturalmente leva-se para atingir até, se necessário a nível de prescrição, em que pese esse processo, esse delito, esse fato, não existe prescrição. Mas, aqueles que circundam e abrangem e envolvem o processo em sua natureza.

Mas quero dizer que está no seu pleno

direito de defender, de sustentar a defesa, e, atente bem para o que eu disse aqui, meu caro Deputado Manfrinato.

Os momentos que ocorreram, a incidência que vem ocorrendo, os fatos que vêm denegrindo a segurança pública deste Estado do Paraná. Se este Deputado fala desta tribuna, muitas vezes faz ver e sentir a voz de uma comunidade gritante que está estampado nos órgãos de comunicação. O senhor levantou muito bem, o fato isolado, repito, que ocorreu com Vossa Excelência.

Eu não queria, realmente, aqui, discutir e trazer a público, e evidentemente prorrogar esse nosso debate. Mas, se necessário for, indiscutivelmente estarei, ao longo dessas sessões, para desenvolver.

Não quero também me justificar, na Administração, não é fácil uma área de segurança administrar, no momento atual da nossa vida econômica e social. Não é fácil, evidentemente, mas, por sua vez, não é difícil também, quando se toma com todo carinho e zelo.

E analisando os fatos que vêm ocorrendo, o que necessita, o que precisa, tal não vem acontecendo. Se Vossa Excelência tomar conhecimento ainda, nestas últimas horas, vai ver que, indiscutivelmente, está faltando alguma coisa para ser tomada como providência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Com a palavra o Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, em Explicações Pessoais.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria de discordar de Vossa Excelência, ilustre Deputado, quando diz que o meu caso foi um caso isolado.

Eu entendo que qualquer um dos Srs. Parlamentares aqui, nesta Casa, as decisões em benefício de uma comunidade, não são isoladas, porque se nós viemos a este parlamento, viemos com uma procuração da população do nosso Estado.

Eu não entendo quando denunciemos bandidos que estavam agindo, dentro da Polícia Militar, eu não disse, em momento nenhum, com o apoio do Comando Militar, eu disse agindo dentro da Polícia Militar, e que um Deputado pede, como já disse, e quero repetir novamente, pede apoio ao Comando da Polícia, pede apoio, como pedi na época ao Governador José Richa, cheguei ao ponto de dizer ao ex-Governador José Richa que eu estava correndo risco de vida, pedi ao Governador para que tomasse as providências com emergência, não poderia demorar mais porque o fato era realmente crítico, na área de segurança de Cianorte.

O que eu não entendo, ilustre Deputado, é quando o Deputado na cidade sabia quem eram os marginais, a população sabia

e tinha medo de dizer, porque era ameaçada pelos então policiais, de morte.

O que eu não entendo, que a população sabe, o Deputado sabe, os vereadores sabiam, o Prefeito sabia, e por quê, então, o Comandante da Rádio-Patrolha, na época, não sabia do fato? Por quê, então, o Comando, sediado em Cruzeiro do Oeste, não tinha conhecimento do fato? Essas coisas que não me convencem, ilustre Deputado!

Eu entendo que a obrigação de um Comando, seja ele na sua sede ou no interior, tem que ouvir a população, principalmente aqueles que são ameaçados de morte, que ameaçam sua família, seus filhos, para se encobrir em uma farda para roubar a população de nosso Estado!

Então, não era um fato isolado! Eu estava defendendo uma comunidade que chegou ao ponto crítico de esses soldados assaltarem de noite, de armas em punho, e dizem:

- "Se vocês nos entregarem, vocês amehcerão com a boca cheia de formigas!"

Isso não é um fato isolado, é fato que tinha que ter a preocupação, como todos os Deputados aqui têm que ter esta preocupação, não só na época em que Vossa Excelência era comandante, como também temos que cobrar isso, do atual Comandante, da Polícia Civil, para que haja, dentro da Polícia, o respeito com a sociedade, e que entendam que eles estão sendo pagos para zelar com a segurança da população, que é dinheiro gerado através dos impostos do povo do Paraná.

Então, foi essa a posição que nós tivemos. Em momento nenhum estou acusando Vossa Excelência de não ter tomado nenhuma medida. Vossa Excelência nos atendeu muito bem e encaminhou, só que encaminhou para o Interior, onde não entendemos quais foram as razões pelas quais as medidas não foram tomadas, só depois do homicídio ocorrido em Cianorte, e depois um outro homicídio em Goioerê e um assalto sucessivo no Banco, no mesmo dia é que aí houve a explosão do fato que eu já havia denunciado.

Nós sabemos que os ônibus seqüestrados na região de Campo Mourão - Foz do Iguaçu, Maringá - Foz do Iguaçu, também havia participação desses militares.

Então, ilustre Deputado, gostaria que Vossa Excelência entendesse que eu não estou criticando Vossa Excelência, só acho que a morosidade do fato, a demora, complicou com mais vidas que não mereciam morrer, porque eram homens sérios, homens que estavam trabalhando para dedicar à sua esposa, aos seus filhos, procurando o bem-estar de sua família. Então, são esses fatos que eu lamento, profundamente.

Quando se fala com a segurança do Paraná, nós sabemos que o índice de marginalidade está aumentando a cada dia que pas-

sa, são sérios fatores, vários fatores que se contribui para isso, problema econômico que vivemos neste País, um País praticamente desgovernado, onde não há uma estabilidade para o povo brasileiro. Nós sabemos disso; agora, sabemos também que durante o período do Governo Álvaro Dias, foi o período que mais se distribuiu viaturas para o Interior, para a Capital, o período que mais procurou reformar delegacias de polícia, aumentar os seus contingentes. Nós sabemos disso, talvez não seja a responsabilidade tão somente, como vocês acabam de acusar Vossa Excelência o Deputado Haroldo Ferreira, a responsabilidade do Sr. Secretário da Segurança ou até mesmo do Comando da Polícia. O que nós precisamos é que haja uma reciclagem na Polícia Militar do Paraná, na Polícia Civil.

A emenda que estou entrando na Constituição, eu até levei isso ao comando, pedi ao comando que fizesse uma avaliação, para que o policial que prestar concurso seja oriundo que terminou o serviço militar, aquele que fez o tiro de guerra ou aquele que serviu nos quartéis, seja na Capital ou no interior, porque já sai com um ano de experiência, não demoraríamos tanto para preparar o policial para ir às ruas defender a população.

Também estou propondo para que o policial que passar no concurso seja obrigado a ter uma carta de fiança pelo valor estipulado pela Polícia Militar ou a Polícia Civil, para que a sua responsabilidade não fique na sua pessoa, mas fique também na pessoa que acreditou e que fiançou para que tivesse ingresso, tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar.

Então, espero que Vossa Excelência tenha entendido aqui o meu esclarecimento, e é importante a participação de Vossa Excelência para ajudar a proibir os abusos, as arbitrariedades e fazer com que nós tenhamos uma segurança com maior tranquilidade ao nosso povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, antes de encerrar a sessão, apenas gostaria de convidar os Srs. Parlamentares que não integram a Comissão Constitucional, os funcionários da Casa, assessores de todos os gabinetes, nossos amigos da imprensa, os visitantes, para que compareçam no nosso gabinete, 508, onde somente hoje distribuímos mais de mil mudas dos mais diversos tipos de árvores e continuaremos durante toda a semana.

Então, este convite é extensivo aos parlamentares, aos assessores, aos servi-

dores da Casa, enfim, aos paranaenses e brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Esta Presidência, atendendo solicitação do Deputado Basílio Zarusso, convida os membros da Comissão Constitucional a participarem no Plenarinho, de uma reunião da Comissão Constitucional.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 121/86, 58 e 133/87, 31 e 91/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 273, 336 e 351/88, 17, 26, 27, 45, 82 e 89/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 05 DE JUNHO DE 1989.

"PRONUNCIAMENTO

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente e Dia da Ecologia, queremos fazer algumas colocações sobre a questão ecológica no Brasil e em nosso Estado.

Sabemos que com a promulgação da Carta Magna do País, abriu-se um vasto horizonte aos ecologistas brasileiros, pois temos hoje a constituição mais ecológica do mundo.

A Constituição garante a exigência de um "Estudo de Impacto Ambiental" (EIA) a qualquer projeto potencialmente nocivo que põe em risco o meio ambiente, povo e ecologistas pensaram que o Brasil teria passado à condição de um País civilizado. Enganaram-se. Nem o próprio Governo está disposto ao cumprimento da lei. Quatro meses após a promulgação da Constituição, a ELETRONORTE inaugurou a Usina Hidrelétrica de Balbina, a 150 km de Manaus, inundando 1.580 km² da nossa floresta amazônica. Sabe-se que nenhum estudo foi executado, conseqüentemente, não houve um "Relatório de Impacto sobre o Meio-Ambiente - RIMA, para se proceder à apreciação de algum órgão técnico.

Srs. Deputados, milhares de espécimes vegetais e animais foram inundados, gerando a emissão do gás metano, altamente tóxico, em função da fermentação de árvores e matérias orgânicas submersas. E

então, a história se repete como aconteceu aqui no Paraná para a construção de Itaipu. Apesar de que Itaipu produz noventa vezes mais energia numa área inundada menor do que a Hidrelétrica de Balbina. Sem dúvida, Balbina, como geradora de energia é um grande fracasso! Não se justifica inundar 200 milhões de dólares em madeira nobre, economicamente falando, como também não se justifica destruir parte do pulmão do Brasil e do mundo - ainda que Balbina fosse indispensável.

Citamos o exemplo de Balbina porque nós precisamos fazer com que as leis sejam cumpridas. De que adianta o Brasil dispor de leis para proteção, conservação, desenvolvimento ecológico, se o próprio Governo não as cumpre e não fiscaliza o cumprimento delas?

Esse fato gravíssimo acusa que a oligarquia brasileira de forma geral está acostumada a burlar leis e nada acontece. Não há punição...

Nobres pares, não podemos permitir que o mesmo ocorra em nosso Estado. Elaboramos as leis, mas temos também a obrigação cívica e moral em acompanhar e fiscalizar se estão sendo cumpridas.

Mas, antes da fiscalização, precisamos de uma Constituição Estadual digna, e por isso, aproveitamos a oportunidade para reiterar que seja aprovado o projeto de decisão, que reabre prazo para a reapresentação do anteprojeto, onde, vinte e um Constituintes já se conscientizaram da necessidade de se fazê-lo, para que possamos repensar sobre diversos capítulos. Hoje, em especial, abordamos questões que tratam do meio ambiente.

Precisamos valorizar as sugestões enviadas pelos diversos segmentos da sociedade, principalmente de entidades ecológicas e institutos técnicos.

Sugestões que traduzem a preocupação da sociedade em preservar, manter e desenvolver a ecologia no Paraná.

Outro ponto fundamental nessa questão é a urgência de o Estado repensar e reestudar a situação dos recursos disponíveis em diversos órgãos e institutos, tendo em vista que 70% do corpo funcional tem formação de nível superior e não percebe a

justa remuneração. Isto, ao lado dos recursos técnicos de material de estudos e pesquisas, reveste-se de caráter essencial para que os resultados da orientação e fiscalização do meio ambiente tenham o mínimo de eficiência e eficácia.

Ressaltamos tais profissionais, advertindo para a necessidade da participação da sociedade civil, através de convênios firmados entre o Governo ou Assembléia Legislativa e Universidades, Institutos Técnicos e de Pesquisa e entidades ambientais. Na análise, discussão e encaminhamento de propostas quanto à questão ambiental para evitar reparos posteriores aos fatos consumados. Tais instituições teriam a finalidade de prestar assistência técnico-científica e jurídica, no processo de avaliação de estudos e projetos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. De nada adianta nossa Constituição ser a mais avançada do mundo no capítulo do meio ambiente, se isso não presumir uma conscientização popular, onde cada indivíduo reconhecerá com objetividade o papel que lhe cabe no processo do resgate da qualidade de vida.

No campo da educação, defendemos a inclusão nos currículos escolares de 1º, 2º e 3º graus, conteúdo programático sobre educação ambiental, de extrema importância para esse processo de conscientização e educação propriamente dita. Na zona rural, a criação de programas especiais para ressaltar a agricultura e diversas culturas alternativas combinadas com o saneamento básico.

Apesar de todos esses avanços nós temos certeza que a Constituição poderá ser muito mais rica nesse e em outros pontos se for aceita pelos demais Deputados desta Casa de Leis, a idéia despida de personalismo, de repensar-se o anteprojeto, abrindo espaços para novas conquistas, não só na questão ambiental, mas também na educação, na saúde, na habitação, na ciência e na tecnologia, enfim, em toda a ordem econômica e social.

Afinal, nossa função é por demais importante, e como reza o preâmbulo, queremos lembrar, estamos representando os anseios do povo!